



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

ADÉLIA SANDRA SILVA GONÇALVES

**DITADURA MILITAR NO BRASIL: MEMÓRIAS E SUBJETIVIDADES DE
UMA PROFESSORA ALFABETIZADORA**

**CAMPINA GRANDE
2019**

ADÉLIA SANDRA SILVA GONÇALVES

**DITADURA MILITAR NO BRASIL: MEMÓRIAS E SUBJETIVIDADES DE
UMA PROFESSORA ALFABETIZADORA**

Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Artigo apresentado ao Curso de Psicologia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Psicólogo.

Orientador: Prof^a Dr^a Laércia Maria Bertulino de Medeiros.

**CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G635d Gonçalves, Adélia Sandra Silva.
Ditadura Militar no Brasil [manuscrito] : Memórias e
subjetividades de uma Professora alfabetizadora / Adelia
Sandra Silva Goncalves. - 2019.

30 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Psicologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e da Saúde , 2019.

"Orientação : Profa. Dra. Laércia Maria Bertulino de
Medeiros , Coordenação do Curso de Psicologia - CCBS."

1. Ditadura Militar. 2. História oral. 3. Processo de
alfabetização. 4. Educação. I. Título

21. ed. CDD 150


ADÉLIA SANDRA SILVA GONÇALVES

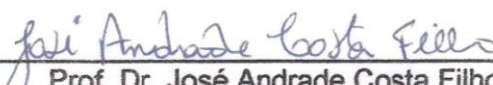
DITADURA MILITAR NO BRASIL: MEMÓRIAS E SUBJETIVIDADES DE
UMA PROFESSORA ALFABETIZADORA


Trabalho de Conclusão de Curso em forma de Artigo apresentado ao Curso de Psicologia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Psicólogo.

Aprovada em: 10 / 12 / 2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. Dr.^a. Laércia Maria Bertulino de Medeiros (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. José Andrade Costa Filho
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a. Me. Lorena Bandeira Melo de Sá
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO..... | 5 |
| 2 | 1 HISTÓRIA ORAL E BIOGRÁFICA..... | 6 |
| 3 | 2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL..... | 6 |
| 4 | 3 FORMAÇÃO DA MULHER..... | 8 |
| 5 | 4 A FEMINILIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO..... | 8 |
| 6 | 5 A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL..... | 9 |
| 7 | DISCUSSÃO DO RELATO..... | 11 |
| 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 12 |
| | REFERÊNCIAS..... | 14 |
| | ANEXOS..... | 17 |
| | APÊNDICES..... | 19 |

DITADURA MILITAR NO BRASIL: MEMÓRIAS E SUBJETIVIDADES DE UMA PROFESSORA ALFABETIZADORA

GONÇALVES, Adélia Sandra Silva. Aluna de Graduação na Universidade Estadual da Paraíba com ênfase na área Educacional (UEPB).

RESUMO

Este artigo desdobra considerações acerca do processo de alfabetização relatado por uma professora alfabetizadora que atuou no período do Golpe Militar de 1964. A fim de preservar a identidade da relatora, usaremos o nome fictício: Dona G. entendendo ser o processo educativo complexo e desafiador. Utilizamos como metodologia, a técnica da entrevista semidirigida, pautada na história oral, possibilitando assim, acrescentar um maior número de informações, a partir da memória das práticas vivenciadas bem como, perceber o conteúdo subjetivo em sua fala, ressaltando a importância de uma análise psicológica para maior compreensão da referida realidade histórica. Dessa maneira foi possível mostrar fatos relevantes da história da educação brasileira, a luta da mulher pela escolarização, a importância da Psicologia para a Educação, o reconhecimento da história oral como fonte fecunda de informação e ainda, explanar as práticas mantidas pelo sistema político, trazendo contribuições para uma reflexão e consciência que podem auxiliar a construção das ações educativas atuais

Palavras-chave: Ditadura Militar, Educação, História Oral.

ABSTRACT

This article unfolds considerations about the literacy process reported by a literacy teacher who served in the 1964 Military Coup period. In order to preserve the rapporteur's identity, we will use the fictitious name: Dona G. as the complex and challenging educational process. We used as a methodology, the technique of semidirected interview, based on oral history, thus enabling to add a greater amount of information, from the memory of the practices experienced as well as perceive the subjective content in their speech, emphasizing the importance of a psychological analysis. for a better understanding of this historical reality. Thus it was possible to show relevant facts of the history of Brazilian education, the struggle of women for schooling, the importance of Psychology for Education, the recognition of oral history as a fruitful source of information and also explain the practices maintained by the political system, bringing contributions to a reflection and awareness that can help the construction of current educational actions.

Keywords: Civilian Dictatorship, Education, Oral History.

INTRODUÇÃO

Em um período onde a repressão era crescente, as perseguições e o exílio eram atos comuns no cotidiano social brasileiro, o regime militar imperava, trazendo toda carga de retaliação em que os professores, por serem entendidos como detentores de conhecimento e consciência crítica, incomodavam a organização política vigente. Considerados contraventores, os professores e grupos similares de ‘desalienados’, representavam ameaça à Ditadura Militar. Reviveremos, com base no depoimento de uma professora alfabetizadora – que lecionou durante o Golpe Militar de 1964 – e por meio de suas lembranças, situações e condições contextuais, que nos trarão entendimento, reflexões e subjetividades daquilo que foi vivido pela sociedade brasileira, neste período que também ficou conhecido como ‘Anos de chumbo’.

O que hoje é visto como condição regular, a docência feminina perpassou por momentos decisivos. A escolarização no Brasil, em seus aspectos históricos, sociais, de gênero, financeiros, além de outros, marcaram a luta da mulher para conquistar ou até postular, sua posição na docência. Frente a preconceitos e críticas, a mulher desbravou caminhos árduos para que hoje esta condição seja considerada natural.

Pelo exposto, este trabalho estrutura-se em tópicos, onde serão abordados, para uma maior compreensão, temas como: *História Oral e Biográfica*, que confere a importância deste recurso para uma maior obtenção de informação; *Formação de Professores no Brasil*, apresentando as transformações escolares e educacionais acontecidas desde o Brasil Império; *Formação da Mulher*, revelando a sua luta pela escolarização e conquista do espaço educacional; *A feminilização do Magistério*, marcando de vez a posição profissional da mulher na docência; E, por fim, *A história da Psicologia Escolar no Brasil*, trazendo desde seu surgimento às contribuições substanciais e efetivas para a educação brasileira.

Este trabalho objetiva compreender o processo educativo, a alfabetização e metodologias de ensino no período ditatorial, a fim de propiciar a reflexão e subsidiar os desafios e práticas docentes atuais. Utilizou-se como auxílio metodológico a história oral, como registro de relato de experiência, onde se empregou a técnica da entrevista, os usos da memória e da oralidade – respectivamente, a memória representando o resgate das lembranças e experiências, através de relato, a fim de contribuir para a construção e a busca de novos fatos e conhecimentos que possam enriquecer o referido trabalho de conclusão de curso, enquanto a oralidade permite compreender o discurso de indivíduos, por meio da escuta e/ou gravação, valorizando e evidenciando experiências e subjetivações que possam acrescentar valores à sua própria história e ao conceito histórico social.

Para justificar tais recursos, enfatizamos a importância da história oral para a pesquisa científica, sobretudo durante o Golpe Militar de 1964, onde o estado coibia o registro de ações, gravação de depoimentos, de experiências e de opiniões, colocando assim, o Brasil em posição de atraso se comparado com os países mais desenvolvidos (MEIHY, 1998). Dessa maneira, realizou-se uma entrevista livre com uma professora alfabetizadora, que lecionou neste período.

Durante seu relato, registramos o seu processo de formação docente, a metodologia empregada em sua atuação como professora, aspectos ligados diretamente ao sistema político vigente e se isto interferiu de algum modo nas ações docentes e/ou nos regimentos escolares e educacionais. Oportunidade oferecida para que, por meio de suas lembranças, esta professora percebesse a relevância do seu conhecimento para a compreensão e análise do processo educativo em que estava inserida, bem como de perceber suas práticas como sendo de suma importância para a efetivação da mulher no magistério, assim como trazer uma gama de conhecimentos às atividades docentes da atualidade, além de uma maior conscientização na observação das ações políticas do Brasil.

Com o intuito de enriquecer nosso trabalho, a utilização da História oral como instrumento de resgate histórico, consegue evocar uma narrativa rica em expressões, emoções e subjetividades, além de proporcionar ao narrador, por meio de sua própria fala, reviver e refletir sobre sua história de vida, em um recorte de tempo que trará ressignificações à sua docência.

1 HISTÓRIA ORAL E BIOGRÁFICA

A utilização da história oral como instrumento de pesquisa tem sido um método bastante utilizado para registros em trabalhos acadêmicos e outros fins, pois, além do resgate da memória dos envolvidos, revela a subjetividade da história experienciada, o que na Psicologia, contribui sobremaneira para uma análise mais completa tanto do relato quanto do momento histórico social, oportunizando assim a percepção da informação sob o ponto de vista do relator.

Sabemos que durante o período da ditadura militar de 1964, os depoimentos, gravações e documentos de registro histórico, eram confiscados e coibidos pelo Estado, uma vez que poderiam trazer conteúdos de contraposição ao sistema. A censura e a repressão calaram e perseguiram atos de conscientização popular sobre a realidade política brasileira (SANTOS, 2014). Neste caso, a história oral pode auxiliar na compreensão da história, pois preenche lacunas e esclarece fatos ocultos pela história oficial. Em tempos de repressão e de poucos arquivos, faz-se necessário este resgate de memória ou testemunho, para que se construa uma nova percepção que seja complementar à compreensão da contextualização social (MORAES, 2009).

Considerada adequada e relevante para a legitimação da história oficial, a história oral, que foi criada no pós-guerra com o propósito de divulgação e arquivamento de relatos que serviriam como fonte de consulta histórica (MEIHY, 1998). Ela permite conhecer a realidade daqueles que sofreram as dores do exílio e de um regime político opressor. Realidade esta que, de alguma maneira, seria encoberta pela repressão do sistema (SCHWARZSTEIN 2001). As várias possibilidades de uso da história oral fazem desta, uma fonte inesgotável de contribuição para a informação e pesquisa de conhecimento científico e social.

2 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL

A educação no Brasil foi marcada por diversos movimentos que conduziram a quebra de paradigmas e mudanças na formação docente, os quais evoluíram de maneira gradativa ao modelo educacional atualmente vigente. Mudanças pontuais que concatenadas desenvolveram os modelos de ensino e currículo e, promoveram transformações no caráter da Educação diante da sociedade e instituições governamentais. Tais movimentos transformadores serão expostos na continuidade deste trabalho.

Durante os séculos XVIII e XIX, antes mesmo da Proclamação da República do Brasil, a Corte Real já demonstrava preocupação quanto à educação. Discutia-se demasiadamente a importância da mesma para a modernização e desenvolvimento do País, haja vista as inúmeras críticas ao abandono educacional nas Províncias, debate recorrente entre Parlamentares. Por conseguinte, uma reestruturação do modelo de ensino foi idealizada (LOURO, 1997).

As Escolas Normais, inauguradas após o período Regencial, em um processo de fundação que teve início no ano de 1830, designadas à formação de professores, tinha por objetivo oferecer um maior e melhor aparato ao nível intelectual e de conhecimento os futuros mestres, e conseqüentemente à população, bem como, regulamentar padrões culturais e da sociedade (MATTOS, 1994). Neste ínterim, as Escolas Normais logravam apoio dos

Governos Provinciais. Por efeito, a grade curricular sofreu algumas alterações por meio de uma resolução, a lei nº5, de 16 de fevereiro do ano de 1847, que foi suprimida pela lei nº 31, de 07 de maio de 1856. Tal lei registrava uma diferenciação nos currículos para o sexo feminino, que se limitava à língua nacional, aritmética (as quatro operações), língua francesa, música e canto, além de bordado, costura e economia doméstica. Enquanto isso, o currículo masculino contemplava disciplinas exatas, tais como geometria, o que futuramente lhes garantia uma melhor remuneração. Um demonstrativo preconceituoso da capacidade intelectual das mulheres e exploração de sua característica submissa, expostos pelo executivo fluminense que estabeleceu a seriação do curso. As mudanças foram evidentes, muito embora fossem, em sua maioria, superficiais ou aparentes (VILLELA, 2007).

Impulsionados pelos ideais Iluministas com foco no amparo didático direcionado à execução do ofício, concomitantemente com a necessidade de oferecer alfabetização à classe trabalhadora, a Educação passou a ser associada à ideia de uma importante ferramenta para o avanço econômico do Brasil (GADOTTI, 2004).

Então, vista como sinônimo de progresso, a educação passou a ser fundamental à formação do homem, digna de quaisquer intervenções para o seu aprimoramento, produzindo benfeitorias aos cidadãos e, sobretudo, desenvolvimento ao País.

Tal mudança delimitou novos rumos à educação superior e de segundo grau, pois se entendia que para a escola primária oferecer um ideário de educação eficiente dever-se-ia investir no aprimoramento da estrutura superior de ensino. “A adequada formação dos professores é uma condição *sine qua non* para a eficácia da escola primária”. (SAVIANI, 2011).

Observando a precariedade dos serviços prestados por parte de professores incapacitados e mal remunerados; da infraestrutura das escolas além das dificuldades enfrentadas pelos alunos como, a falta de transporte para a condução às escolas, em sua maioria distante; o horário inadequado, dentre outras, o Ministro Leôncio de Carvalho faz um novo ‘arranjo’ na Legislação educacional, em uma tentativa de modernização, facilidade de acesso e objetividade do ensino, haja vista que o modelo vigente dificultava mais do que facilitava o acesso às Escolas e ao progresso (VILLELA, 2007). Assim sendo, as Escolas Normal e Primária, tornaram-se indispensáveis para a formação dos cidadãos e dos Mestres.

Essa percepção sobre a educação direcionou a aprovação do decreto nº 407 de 17 de maio de 1890, que estabeleceu novas regras para a aprovação e habilitação dos alunos-mestres bem como regimentos mais rigorosos, pois a estes alunos estava toda a responsabilidade de transformar crianças em cidadãos da República (BRASIL, 1890).

Benjamim Constant, cita em um parecer sobre o ensino normal, a importância de se formar Professores:

“Uma corporação docente convenientemente instruída, dotada de esmera educação profissional, bem compenetrada do sentimento de sua nobilíssima missão social é, incontestavelmente uma das primeiras, senão a primeira condição imprescindível para elevar ao mais alto grau, o nível moral e intelectual de um povo (...)” (CONSTANT apud ALVES, 2013).

Apesar de toda luta e transformações pelas quais passou a Educação Brasileira comparado a outros países, o Brasil ainda era visto como uma nação sem cultura, retrógrada e primitiva. Grande parte da população ainda continuava analfabeta e/ou desprovida de conhecimentos específicos para a atuação nas variadas frentes de trabalho que surgiam. Situação que exigia cada vez mais empenho do Estado para seu desenvolvimento (LOURO, 1997).

Por fim, cabe registrar que a educação sempre será vista como fundamental para a vida, formação do cidadão e para o desenvolvimento social. Em 1878, durante uma

Assembleia Geral, o Professor e também Ministro Leôncio de carvalho registrou a seguinte frase sobre a importância da educação:

“A instrução constitui um elemento vital das sociedades modernas; ela é a primeira condição de qualquer progresso material e moral, porque ela é sua luz como a liberdade é sua atmosfera. Todas as instituições dela dependem, pelo jogo regular de seu mecanismo, sobretudo aquelas que estão ligadas de um modo imediato e essencial à vida política e social das nações; porque, à medida que cresce seu fundo científico, os povos descobrem novos horizontes e marcham mais seguramente em busca de seu ideal de perfectibilidade, reformando o presente, preparando o futuro e melhorando cada vez mais as condições de sua existência.” (CARLOS apud ALMEIDA, 1989).

3 FORMAÇÃO DA MULHER

A formação docente feminina tem sua história marcada por desafios e conquistas, os quais conduziram à importância do papel que a mulher se encontra perante a educação no cenário atual. No período Colonial brasileiro, a Ordem dos Padres Jesuítas instituiu as primeiras escolas, as quais aplicavam-se ao público masculino e à catequização dos Índios. Entendia-se, com base na cultura europeia, que as mulheres não tinham capacidade intelectual para a instrução e seus conhecimentos deveriam limitar-se aos afazeres domésticos, educação da ordem moral para a família e subserviência ao marido. Essa ideia perdurou em todo o Brasil colônia. As mulheres eram excluídas do sistema escolar estabelecido (LOURO, 1997).

Em 1750, nomeado por D. José I, então rei de Portugal, Sebastião José de carvalho, o Marquês de Pombal, instituiu reformas consideráveis à educação no Brasil, um dos seus primeiros atos foi expulsar a Ordem Missionária Jesuíta (1759), e criar as aulas Régias ou avulsas, o que foi visto pela Corte como um retrocesso. Com o comando da educação pertencente ao estado, apesar do aparente fracasso, as reformas pombalinas representaram o primeiro projeto de instrução feminina. Oficialmente as mulheres tiveram permissão de frequentar às salas de aulas, porém com algumas ressalvas tais como: salas separadas dos meninos, horários diferenciados, currículo voltado às características naturais femininas (bordado, costura, piano, etc.), além das aulas de língua portuguesa e das quatro operações, entendido como o suficiente para que as mesmas pudessem lograr na profissão de educadoras das crianças de família, como professoras particulares, ofício este bastante requisitado por famílias estrangeiras que chegavam ao Brasil (MACIEL, 2006).

A primeira Escola Normal, fundada no ano de 1835, em Niterói, RJ, não admitia matrícula de moças, estas garantiam sua educação em escolas fundadas por grupos religiosos, comprometidos com rigoroso padrão moral. Porém, não demorou para se reconhecer que as mulheres legitimavam características naturais (sagrada missão da maternidade, pureza, perfeição moral, submissão, recato, pudor, dentre outras), para lograr o ofício de educadoras dentro e fora de suas residências, sendo necessário oportunizar às mesmas, seu ingresso aos cursos Normais (LOURO, 1997).

Em meados do século XIX Nísia Floresta, uma professora autodidata e revolucionária para seu tempo que nasceu no Rio Grande do Norte, ecoou sua voz pela emancipação feminina acreditando que somente pela Educação a mulher sairia de sua condição de submissão. Fora muito criticada em seu discurso, chamada de ‘mulher metida a homem’ pela sociedade machista, porém sua luta não fora em vão. Ficou seu legado pois até hoje é reconhecida como precursora do feminismo brasileiro (LOURO, 1997).

4 A FEMINILIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

A ideia de introduzir ao modelo de ensino características do sacerdócio, tais como: afeto, doação, paciência e etc. coincidia com a vocação natural da mulher para o magistério, pois estas desde sempre articularam a tradição religiosa com os ensinamentos de valores

morais aos seus, validando a idéia de que as mesmas sempre foram reconhecidas por seus dotes em transmitir conhecimentos (LOURO, 1997).

Ao passo que a delicadeza feminina foi um ponto relevante para o ingresso da mulher aos cursos normais, também se mostrou uma importante ferramenta de manipulação do governo. A docilidade das mesmas às tornou pouco reivindicadoras então pouco a pouco elas viriam a perder sua autonomia através do rigor nas exigências do credenciamento das aspirantes à Mestras, de escolha do material didático, horários, salários, dentre outros fatores inerentes à profissão, mas que não eram introduzidos ou modificados com base nos anseios das mesmas (LOURO, 1997).

Evidente que todo esse movimento não acontecia sem críticas ou polêmicas. Por volta de 1874, Tito Lívio de Castro, médico psiquiatra, bem-conceituado e influente da época, argumentava que “Mulheres e clero viviam voltados para o passado, portanto, não poderiam preparar organismos no presente ou no futuro”. Considerava desastrosa a efetivação da mulher nas Escolas Normalistas pois segundo ele as mulheres eram “portadoras de cérebro pouco desenvolvidos pelo desuso” e a afinidade existente entre elas e as crianças se traduzia em “desenvolvimento e inteligência equivalentes entre ambos” (LOURO, 1997).

Nos anos seguintes, os relatórios registraram uma maior procura pelos cursos Normais por parte das moças ao invés dos rapazes. Esta tendência aconteceu de maneira gradativa e concomitantemente em várias Províncias, característica observada também, nos países ocidentais. Atividades vinculadas ao avanço industrial e comercial que, impulsionadas pela urbanização dos grandes centros, abriram espaço para novos postos de trabalho mais bem remuneradas os quais foram designados aos homens legitimando assim a presença feminina no corpo docente das instituições de ensino (LOURO, 1997).

5 A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA ESCOLAR NO BRASIL

Consolidando o intento deste trabalho, apresentaremos um breve ensaio teórico sobre as construções ocorridas na Psicologia como ciência e sua relação com o sistema educacional, evidenciado pelos pontos em comum; desenvolvimento e aprendizagem.

A princípio, os movimentos em psicologia escolar que datam do século XIX, estavam fortemente vinculados à área da Psicomетria e da psicologia experimental. Reflexões sobre a maneira de atuação em psicologia escolar, eram concebidas através de ações como intervenções psicológicas voltadas aos alunos ‘problemas’, ou seja, aqueles com necessidades escolares especiais ou com dificuldades de aprendizagem, ou ainda, com problemas ligados ao seu comportamento, sejam, alunos que não conferissem os modelos e padrões ditos ‘normais’ (BARBOSA e MARINHO-ARAÚJO, 2010).

Para melhor entendimento, não podemos deixar de citar Stanley Hall (EUA), fundador das primeiras clínicas de psicologia, e de publicações como: “*O conteúdo da mente das crianças quando ingressam na escola*”. E na Europa, destacamos Alfred Binet, que tinha como principal objetivo, o desenvolvimento de instrumentos psicométricos avaliativos da inteligência humana. Sob forte influência norte-americana e europeia, o Brasil compõe uma versão caracterizada por aplicações na medicina e na educação e menos como ciência experimental (CAMPOS e JUCÁ, 2006).

Os primeiros laboratórios de psicologia criados no Brasil, foram instituídos nas escolas Normais dos Estados e Províncias, ali foram desenvolvidos pesquisas e análises com alunos que apresentavam quadros de necessidades escolares especiais e dificuldades de aprendizagem (ANTUNES, 1999).

Durante a República Velha, período compreendido de 1889 a 1930, os instrumentos de classificação e de avaliação de indivíduos foram utilizados em grande escala por instituições médicas e educacionais. Este caráter clínico e terapêutico trouxe à psicologia escolar do

Brasil, reflexões acerca dos comportamentos mentais elementares, de questões ligadas à educação e escolarização de deficientes visuais e auditivos, além de apresentar definições de retardo escolar. A mensuração do desenvolvimento mental, da aprendizagem e a maturidade para a leitura e escrita, também se avaliava com tais instrumentos (PFROMM NETTO, 2001).

Podemos observar que, a princípio, os cunhos higienista e classificatório, foram as principais características da atuação em psicologia escolar. Portanto, este aspecto remediativo, utilizado como maneira de tratar os problemas de desenvolvimento cognitivo, de aprendizagem e de comportamento, evidenciava a influência clínica no contexto escolar, pois assim, as ‘crianças problema’ eram diagnosticadas e encaminhadas para serviços especializados. (BARBOSA e MARINHO-ARAUJO, 2010).

Diante do exposto, a psicologia foi, gradativamente, solicitada para auxiliar o sistema educacional, objetivando atender as principais queixas quanto aos fracassos escolares, porém, tais intervenções ou avaliações foram entendidas como prejudiciais ao desenvolvimento do aluno, uma vez que contribuíam para o impedimento das ações educativas, propriamente ditas, essas ações eram inibidas pelo fato de que a solução e a ‘cura’, eram previstas pela medicina e/ou psicologia. (CAMPOS e JUCÀ, 2006; MALUF, 2001). Portanto, a Psicologia vista como detentora do saber, explicando e trazendo soluções para as questões escolares, contribuiu com o processo de classificação, segregação e marginalização do ‘diferente’ (MARINHO-ARAUJO e ALMEIDA, 2005; NEVES, 2005; 2001), provocando insatisfação e crise em sua área de atuação, o que culminou numa releitura daquilo que propunha o fazer psicológico, aplicado à área da educação. Uma vez que este caráter remediativo, não mais atendia às demandas do contexto.

Com a criação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional-ABRAPEE (final da década de 80 e início da década de 90), discussões e reflexões acerca da identidade do psicólogo educacional, vêm contribuindo e produzindo, por meio de pesquisa, formação e práticas interventivas que venham a colaborar com a ação deste profissional.

Desta maneira fica evidente a necessidade de mudança em suas concepções e procedimentos. A importância da adoção de uma postura crítica e comprometida com a inclusão e com o desenvolvimento social, faz deste profissional um membro efetivo do contexto educacional (MIRA, TARDIN e PEDROZA; 2005).

A partir desta ressignificação acerca de sua atuação, o psicólogo passa a fazer parte da elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) das instituições, como promotor do desenvolvimento cognitivo discente e auxiliar na formação dos docentes, dentre outras atribuições. Por meio de palestras, cursos e afins, trazer à coletividade esclarecimentos que promovam a emancipação e protagonismo do indivíduo, a interação, a empatia e tantas outras atividades que contribuam sobremaneira, para o desenvolvimento coletivo.

Na atualidade o trabalho do psicólogo escolar nas instituições de ensino, ainda está associado à clínica (ROSSI e PAIXÃO, 2006), os profissionais da área da educação – professores, gestores e pais de alunos – entendem a atuação do psicólogo na escola, como sendo vinculada à Escuta Psicológica e/ou ao atendimento individual. Tal comportamento pode ser justificado pela origem da Psicologia enquanto ciência, porém com os avanços e inovações acerca da sua atuação, surgem novas possibilidades que coadunam com novas perspectivas junto ao contexto educacional e com as ações do profissional psicólogo escolar. (CAMPOS e JUCÁ, 2006; CRUCES, 2006).

Nesse contexto, Marinho-Araújo e Almeida sustentam que:

Para assegurar o enfrentamento do desafio da construção dinâmica desse perfil, defende-se que o profissional de psicologia precisa está inserido na instituição escolar como membro efetivo desse universo e não mais como “especialista” que presta eventuais consultorias quando emergem problemas circunstanciais (MARINHO-ARAÚJO, 2005. Pp.88).

Para concluir, entendemos que muitos desafios ainda estão por vir, que a imagem deste profissional, aos poucos se dissocia da clínica, surgem novas opções de atuação e novas concepções. Sua identidade específica está cada vez mais consolidada e este profissional atua no espaço escolar, contribuindo para a transformação e valorização do ser humano, tecendo metodologicamente, uma nova história para si e para as instituições trabalhadas.

DISCUSSÃO DO RELATO

Esta narrativa foi obtida por meio de uma entrevista livre, concedida por Dona G. (nome fictício para preservação de sua identidade- a pedido da mesma), no dia 11 de novembro de 2019, às 17 horas, em sua residência, no município de Soledade-PB.

Para a realização da mesma, houve um contato prévio informal com a interlocutora, cerca de duas semanas antes da entrevista, deixando claro o teor do tema a ser abordado, a fim de lograr sua autorização. A mesma mostrou interesse em cooperar com o presente trabalho de conclusão de curso, não havendo empecilhos, logo marcamos a data e o local onde melhor lhe conviesse.

Hoje, aos 83 anos de idade, lembra com saudades, aquele passado repleto de significados. Uma professora alfabetizadora, testemunho vivo que participou ativamente de um momento social e político, historicamente relevante para o nosso país.

Com a voz pausada, expressando suas emoções, fala e memoriza sua prática docente. Entre momentos de reflexão, parar, pensar, seguir buscando uma palavra que melhor se ajustasse à narrativa, mas sempre conferindo muito orgulho próprio, por ter sido bastante requisitada por pais e colegas, fazendo de si uma profissional competente e ciente do dever cumprido.

Dona G. sempre estudou em escolas públicas, “Eu estudei na escola pública mesmo, sabe? Comecei como comecei a ensinar também. Incentivada pela Mãe, “Eu não queria ser professora não...” “Minha mãe era quem dizia que eu ia ser professora”. Ingressou nos cursos preparatórios para a docência, tais como: 1º Complementar; Admissão; Comercial; Científico; Pedagógico por dois anos; e o Logos II, o qual demonstrou muito apreço. “Eu sei que eu fiz o primeiro complementar. Fiz Admissão. “Aí foi que passei pra estudar nesse comercial”. “Aí depois eu fiz dois anos o Pedagógico. “Estudei dois anos de pedagógico, mas o colégio fechou. Eu não tive condições de estudar em Campina Grande, né? Quem teve estudou, né? “Quem terminou o pedagógico”. “Aí eu ainda estudei depois de dois anos o Científico. Mas eu não me dei com aquela... Um curso lá... Não saia de jeito nenhum nem eu me interessava... Não gostava não... Aí só fiz até o segundo. Depois eu fiz o completo mesmo e foi um seguro viu. Valia à pena! O Projeto Logos II”. “Eu fiz em Campina Grande. Tinha semana que eu ia três vezes”. “Esse valeu!”. Porém, seu início profissional aconteceu muito cedo, antes dos 18 anos de idade. “Eu era ‘de menor’ ainda não tinha nem 18 anos... Entrei na prefeitura municipal de Soledade. Nessa época o prefeito era Severino Marinheiro”. Enfatizou ser *concurada e nomeada* pela prefeitura Municipal. “Aí quando foi ‘para o ano’ eu fui nomeada, eu fui concursada, fiz concurso. Trabalhei ainda quase três anos pelo município, nos sítios, né? Em escola do município”. Em pouco tempo ingressou como professora alfabetizadora nos grupos Escolares das zonas rurais e, por fim na zona urbana, onde ficou até o fim de sua carreira. “Trabalhei ainda quase três anos pelo município, nos sítios, né? Em escola do município”.

Suas recordações revelaram estima pela profissão. “Cada vez mais era... Fui tomando gosto, né?... tinha umas turminhas boas, que valia a pena!” “Mas por isso eu não deixava de

atender os mais fracos não. tudo era uma coisa só, né? Eu não gostaria de... O que eu fazia com uns eu fazia com os outros”. “Tudo de novo, do mesmo jeito. Eu gostava muito, sabe? As turmas eram mistas, “Era mista nera? Era de primeiro a quarta série” referindo-se a ter que lecionar em várias turmas e séries diferenciadas, com cerca de 25 alunos por sala. “Porque naquele tempo tinha uma quantidade de aluno pra cada professor. Eu acho que era até 25 alunos”. Devido ao seu caráter rigoroso e disciplinado, os Pais lhe davam preferência, na ocasião da matrícula. “Era, do meu jeito. É tanto que eu era a escolhida pra pôr...ordem”. “Na matrícula já vinha a intenção do menino estudar comigo”. “Porque eu não gazeava aula não, eu era segura (risos)”. “Eu gostava de agir direitinho”. “Toda vida fui... (risos)”. Expressando satisfação, menciona: “Nessa época tinha três primeiros anos”. “Tinha carta de ABC, Cartilha e Primeiro Livro”. “Três tipos de primeiro ano”. E mesmo assim, obtinha bons resultados.

Quando lhe foi sugerido falar sobre as possíveis consequências da Ditadura Militar para a educação ou para a sociedade, a mesma mencionou em voz baixa, não ter percebido tais efeitos. “Não, a gente não sabia nada disso, não”.

Em meios a agradecimentos, encerramos nosso diálogo, com a certeza que novos encontros acontecerão.

A difícil arte de ensinar, de educar, de alfabetizar. Unir técnicas e conhecimentos, habilidades múltiplas que, para cada sujeito requer uma perspectiva peculiar. Uma professora alfabetizadora não apenas ensina, ela descobre os caminhos para sua prática, que não se resume ao mero método da leitura e da escrita, significa dizer que esta, proporciona um aprendizado que vai além das salas de aula, pois é um aprendizado para toda vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto a propositura deste trabalho abordou temas ligados à história ou ao percurso perpassado pela Mulher para a conquista do seu lugar no magistério e na escolarização. Apresentou também o relato de uma Professora alfabetizadora que vivenciou sua docência durante os anos de chumbo do sistema político brasileiro.

Em sua metodologia, utilizamos como recurso da história oral e biográfica, a técnica da entrevista livre, a qual foi fundamental para a obtenção de relatos históricos, resgatando fatos reais e, oportunizando a esta professora, um momento de escuta em que a coloca na interface da história oficial.

Na continuação, elementos como a história da educação apresentaram, além de preconceitos, críticas e predomínio do patriarcado, condutas sociais onde eram preestabelecidas regras comportamentais para o feminino, que sejam: submissão e obediência aos cônjuges, cuidados domésticos e para os filhos além de rígidas normas de procedimento profissional para a atuação na docência. Estes padrões sinalizavam um demonstrativo da luta da mulher para viver um ideário social e profissional.

Desta maneira, avançando pela história da educação, não poderíamos deixar de fazer alusão à história da Psicologia: do seu surgimento às grandes contribuições para o âmbito educacional.

Referindo-se aos relatos da Professora, podemos perceber que durante sua docência, alguns aspectos diretamente ligados ao Golpe Militar propriamente dito, não foram percebidos. Possivelmente justificáveis pelos precários meios de comunicação; temor à represálias ou pela questão da identidade com o rigoroso padrão comportamental vigente na sociedade, principalmente nas pequenas cidades do interior nordestino, tal como a cidade da narradora.

Evidenciou-se em seu relato o receio em demonstrar posicionamento político-partidário. Em suas palavras, pediu uma pausa no registro para que os detalhes ditos em

seguida não fossem revelados, pois temia sofrer retaliação. Neste momento então, disse supor que uma colega de trabalho da época lograva admiração por um posicionamento político divergente do seu e sem entrar em mais detalhes também deixou evidente seu temor de que mesmo após tantos anos passados essa verdade viesse à tona.

Finalizo este trabalho com a esperança de ter alcançado nossos objetivos e que esta volta ao passado nos tenha proporcionado momentos de reflexão que sejam capazes de fortalecer nosso senso crítico para que, as ações vividas de maneira repressora, sejam impedidas e não mais façam parte da nossa história.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, M. A. M. **A Psicologia no Brasil: Leitura histórica sobre sua constituição**. São Paulo: PUC. 1999.
- BARBOSA, Rejane Maria; MARINHO-ARAÚJO, Clasy Maria. **Psicologia Escolar no Brasil: Considerações e Reflexões Históricas**. IN: **Estudos de Psicologia**. Campinas, 2010.
- BASTOS, Pedro Paulo Z.; FONSECA, Pedro Cezar D. (Org.). **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BERTOTTI, Rudimar Gomes. Uma breve história da formação docente no Brasil: da criação das escolas normais as transformações da ditadura civil-militar. **XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE**. 2013.
- BRASIL, República dos Estados Unidos do; **Decreto nº 407 de 17 de maio de 1890**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-407-17-maio-1890-520797-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em dezembro de 2019.
- CAMPOS, H. R. & JUCÁ, M. R. B. L.. O psicólogo na escola: avaliação da formação à luz das demandas do mercado. In S. F. C. Almeida (Org.), **Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação do profissional** (pp.37-56). Campinas: Alínea. 2006.
- CARVALHO, Carlos Leôncio de. 1878. Apud: ALMEIDA, José Ricardo Pires de; **História da Instrução Pública no Brasil. (1500-1889)**; SP; Educ; 1989. pp. 182.
- CONSTANT, Benjamin; Parecer do Diretor da Escola Normal da Corte; RJ; 1883. Apud. Alves, Claudia Maria Costa; Benjamin Constant e o Pedagogium: Memórias Positivas em Disputa. IN: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (Org.). **Pedagogium: Símbolo da Modernidade Educacional Republicana**. RJ: Quartet: FAPERJ, 2013. Pp. 66-67.
- CRUCES, A. V. V. (2006). Psicologia e educação: nossa história e nossa realidade. In S. F. C. Almeida (Org.), **Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação do profissional** (pp.17-36). Campinas: Alínea.
- GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Editora Ática, 2004.
- GABLER, Louise (2016) Escola Normal, **Memória da Administração Pública Brasileira**. Recuperado de: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/315-escola-normal>. Acessado em outubro de 2019.
- LOURO, Guacira Lopes, Mulheres na sala de aula, in Mary Del Priori (org.). **História das mulheres no Brasil**, São Paulo. Contexto, 1997.
- MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. **A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 32, n. 3, p. 465-476, Dec. 2006.

MALUF, M. R. (2001). O psicólogo escolar e a educação: uma prática em questão. In Z. A. P. Del Prette (Org.), **Psicologia escolar e educacional, saúde e qualidade de vida: explorando fronteiras** (pp.59-71). Campinas: Alínea.

MARINHO-ARAÚJO, C. M., & ALMEIDA, S. F. C. (2005). **Psicologia escolar: construção e consolidação da identidade profissional**. Campinas: Alínea.

MARTINS, LM., and DUARTE, N., orgs. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 191 p. ISBN 978-85-7983-103-4.

MATTOS, I. R de. **O tempo saquarema**. Rio de Janeiro: Access, 1994.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de História Oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998. 86 p.

Mira, M. H. N., TARDIN, R. M. M., & PEDROZA, E. M. (2005). Alternativas de atuação da psicologia escolar junto à terceira idade. In A. M. Martínez (Org.), **Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas** (pp.95-114). Campinas: Alínea.

MORAES, Sumaya Mattar. Memória e Reflexão: A biografia como metodologia e investigação e instrumento de (auto) formação de professores de arte. IN: **XVIII [Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas – ANPAP, 2009, Salvador, BA. Anais, Salvador, 2009.**

NEVES, M. B. J. (2001). **A atuação da psicologia nas equipes de atendimento psicopedagógico da rede pública de ensino do Distrito Federal**. Tese de doutorado não-publicada, Universidade de Brasília.

NEVES, M. M. B. J. (2005). Por uma psicologia escolar inclusiva. In A. M. Machado, A. J. V. Neto, M. M. B. J. Neves, M. V. O. Silva, R. G. Prieto, W. Rannã & E. Abenhaim (Orgs.), **Educação inclusiva: direitos humanos na escola** (pp.107- 123). São Paulo: Casa do Psicólogo.

PFROMM NETTO, S. (2001). As origens e o desenvolvimento da psicologia escolar. In S. M. Wechsler (Org.), **Psicologia escolar: pesquisa, formação e prática** (pp.21-38). Campinas: Alínea.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil 1930-73**. Petrópolis, Vozes, 1978.

Rossi, T. M. F., & Paixão, D. L. L. (2006). Significações sobre a atuação do psicólogo escolar. In S. F. C. Almeida (Org.), **Psicologia escolar: ética e competências na formação e atuação do profissional** (pp.147-166). Campinas: Alínea.

SANTOS, Leide Rodrigues dos. MOBREAL: A representação ideológica do regime militar nas entrelinhas da alfabetização de adultos. IN: **Revista Crítica Histórica**. Ano V, nº 10, dezembro/2014 ISSN 2177-9961.

SAVIANI, Dermeval. Educação e colonização: as ideias pedagógicas no Brasil. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria H. (Orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. I: séculos XVI-XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 121-130.

SHWARZSTEIN, Dora. História Oral, Memória e Histórias Traumáticas. IN: **História Oral**, Cáp. 4, pp73-83. 2001.

VILLELA, Heloísa. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 95-134.

ANEXOS

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO**

Prezado,

O senhor (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **MEMÓRIAS E SUBJETIVIDADES DE UMA ALFABETIZADORA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL**, sob a responsabilidade de: Adélia Sandra Silva Gonçalves e da orientadora Prof.^a Dr.^a Luécia Maria Bertolino de Medeiros de forma totalmente voluntária.

Antes de decidir sobre sua permissão para a participação na pesquisa, é importante que entenda a finalidade da mesma e como ela se realizará. Portanto, leia atentamente as informações que seguem.

Este trabalho justifica-se pela valorização das experiências e subjetivações acerca da docência no período da ditadura militar, que podem acrescentar valores na própria história e no conceito histórico social dos sujeitos. Tem por objetivo geral compreender o processo educativo, a alfabetização e metodologias de ensino no período ditatorial, e como objetivos específicos propiciar a reflexão e subsidiar os desafios e práticas docentes atuais. Utilizar-se-á como auxílio metodológico entrevista semiestruturada gravada através de relato de experiência, no intuito de fazer o resgate das lembranças e experiências, que permitirá compreender o discurso de indivíduos, por meio da escuta e/ou gravação.

Apenas com sua autorização realizaremos a coleta dos dados.

Utilizaremos uma entrevista e gravaremos sobre o que for perguntado para que possamos analisar suas falas.

Nossa pesquisa não pretende causar desconforto e riscos, ao contrário, irá beneficiar pessoas que não tiveram experiência no magistério na época do Regime Militar.

O voluntário poderá recusar-se a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer fase da realização da pesquisa ora proposta, não havendo qualquer penalização ou prejuízo.

Os dados individuais serão mantidos sob sigilo absoluto e será garantida a privacidade da participante, antes, durante e após a finalização do estudo. Será garantido que a participante da pesquisa receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em congressos e publicações científicas, sem qualquer meio de identificação dos participantes,

no sentido de contribuir para ampliar o nível de conhecimento a respeito das condições estudadas. (Res. 466/2012, IV. 3. g. e. h.)

CONSENTIMENTO

Após ter sido informado sobre a finalidade da pesquisa **MEMÓRIAS E SUBJETIVIDADES DE UMA ALFABETIZADORA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL** e ter lido os esclarecimentos prestados no presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu GENILDA DE SAUTO BARROS autorizo a participação no estudo, como também dou permissão para que os dados obtidos sejam utilizados para os fins estabelecidos, preservando a nossa identidade. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.

Campina Grande, 08 de dezembro de 2019.

Genilda de Sauto Barros
Assinatura do Participante

Adélia Santana Silva Gonçalves
Assinatura do Pesquisador

APÊNDICES

ROTEIRO DA ENTREVISTA.**NOME FICTÍCIO:** DONA G.**IDADE:** 83 anos**ESTADO CIVIL:** Solteira**ONDE MORA:** Soledade

1. Qual o seu conceito de alfabetização?
2. Qual sua metodologia de ensino?
3. Qual foi sua maior dificuldade em sala de aula e/ou na instituição?
4. Do que tem saudade?
5. O que não faria, mas fez? Em termos de atitude em sala de aula e/ou na profissão?
6. Quantos alunos? Quantas classes (salas)? Quantos anos de profissão?
7. Como, onde e por quem, foi alfabetizada?
8. Qual sua formação e por que o magistério?
9. Seguia algum padrão (modelo) ou método mais eficaz?
10. Alguma queixa quanto ao salário, horários, coação? Pensou alguma vez em desistir?
11. Qual sua atitude diante das crianças com dificuldade de aprendizagem?
12. Ao longo dos anos houve domínio das técnicas ou, a cada ano surgiam novos desafios?
13. Como era a organização das salas? Carteiras, quadro...
14. Fale sobre a interação professora/aluno, dentro e fora da sala de aula.
15. Considerava-se o contexto do aluno, sua procedência?
16. Havia algum teste de capacitação para o aluno ingressar no Grupo Escolar?
17. Como percebeu meu conhecimento prévio?
18. Como e por quem foi contratada como professora, por indicação ou concurso?

19. Como reagia quando percebia que a criança estava apta a seguir para outra série?
20. Qual o impacto que o Golpe Militar provocou no individual, profissional e na sociedade como um todo?
21. Houve mudanças na rotina pessoal/profissional? Qual ou quais?
22. Qual o sentimento ou valor que atribui a toda esta experiência?
23. O que ficou? qual o legado?
24. Como conciliava a profissão com os afazeres domésticos?
25. Sofreu algum tipo de preconceito? Foi coagida a agir de alguma maneira (na profissão) houve algum tipo de perseguição, por conta do Regime Militar.
26. Qual a metodologia aplicada na época do seu período escolar?
27. A gestão do Grupo Escolar sugeria algum comportamento para as professoras em sala de aula?
28. Existiam Professores?
29. Regulamento, o que era permitido/proibido?
30. Nos momentos de descontração (recreio, datas comemorativas), como interagiam?
31. Como se expressava o Afeto?
32. Existiam alunos com algum tipo de limitação física ou intelectual?
33. Até que ponto as atividades escolares eram manipuladas pelo Governo Federal/Estadual?
34. Com o fim do Golpe Militar, quais as mudanças mais significantes?
35. Quanto aos seus direitos: Contrato, registros, remuneração, aposentadoria, etc. Poderia me esclarecer?
36. Era oferecido algum treinamento, capacitação... Para a melhoria em sala de aula? Como acontecia?
37. Como eram vistas as professoras, pela sociedade?

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Transcrição da Entrevista – Dona G.

Soledade- 17:12 hrs.12/11/2019 –

-DONA G. - Nasci na cidade de Soledade, no mês de novembro de 1936.

- EU - Quanto de novembro? Tá bem pertinho do seu aniversário...

-No dia 20.

- EU - No dia 20? Eita, bem pertinho do seu aniversário, dia 20 de novembro.

- DONA G. - Eu não queria ser professora não... Minha mãe era quem dizia que eu ia ser professora. Eu estudei na escola pública mesmo, sabe? Comecei como comecei a ensinar também. Nas primeiras... Na carta de ABC.

- EU - Sim

- DONA G. - E, e fui levando né. Quando foi em 1958 eu entrei como não era nem... Eu era de menor ainda não tinha nem 18 anos... Entrei na prefeitura municipal de Soledade. Nessa época o prefeito era Severino Marinheiro. Aí quando foi 'para o ano' eu fui nomeada, eu fui concursada, fiz concurso. Trabalhei ainda quase três anos pelo município, nos sítios, né? Em escola do município.

- EU - Como professora?

- DONA G. - Como professora sim!

- DONA G. - Era mista nera? Era de primeiro a quarta série...

- EU - Sim, polivalente, né?

DONA G. - É, mas na época não tinha essa história, nera? Era diferente, né?

- EU - É, não tinha. Era! Quer dizer que ensinava a todas as séries?

- DONA G. - Todas as séries. Do primeiro à quarta série.

- EU - Do primeiro ao quarto ano...

- DONA G. - Nessa época tinha três primeiros anos. Tinha carta de ABC, Cartilha e Primeiro Livro. Três tipos de primeiro ano.

- EU - Tá vendo... Cartilha e primeiro livro?

- DONA G. - Aí depois de eu trabalhar três anos no município eu fui dispensada do município e já tinha gente já providenciando minha nomeação pelo estado. Ai eu fui nomeada pelo estado, no estadual no ano de mil... Foi 1958 mesmo num foi mais...

- EU - 61, por aí?
- DONA G. - Mais ou menos isso. Mas primeiro antes de eu entrar no estado eu fiz concurso. Eu fui nomeada concursada já. Aí fiquei trabalhando nas escolas pelo município, sabe? Depois de um tempo aí eu passei a trabalhar em João Pessoa. No bairro de Mandacaru, não me lembro mais o nome da escola.
- EU - Mandacaru, mas era uma escola estadual?
- DONA G. - Sim, era estadual era estadual.
- DONA G. - Eu pegava dois transportes pra ir pra escola porque eu ficava na cidade dos funcionários.
- EU - Sim
- DONA G. - Depois eu fui nomeada pra Oitizeiro.
- EU - Sim
- DONA G. - A minha tia providenciou aí eu passei, eu fui transferida pra o Oitizeiro. Passei, queria ir pra lá mas, meu pai não queria então eu resolvi voltar. Voltei logo pra o grupo escolar de Soledade.
- EU - Isso foi em que ano?
- DONA G. - Aí é que tá...
- EU - A senhora num lembra não?
- DONA G. - Eu acho que 76.
- EU - Deve ter algum registro aqui no grupo, num tem? Um documento?
- DONA G. - Deve ter, algum documento sim!
- EU - Aí já era Grupo Escolar Padre Ibiapina, já era né?
- DONA G. - Já era... Eu já estudei nele!
- EU - Pronto!
- DONA G. - E durante esse tempo eu estudei... Eu fiz o comércio aqui em Soledade. Nesse tempo tinha...
- EU - Fez o quê?
- DONA G. - Era o comércio. Era comercial.
- EU - Ah, era o comercial era?
- DONA G. - Era. Aí eu fiz com uma freira: Irmã Ana.
- EU - Eu sei! Eu conheci irmã Ana.
- DONA G. - Aí depois eu fiz dois anos o Pedagógico. Aí terminou...
- EU - Esse comercial era equivalente ao científico, que falavam?
- DONA G. - Não sei se era...

- EU - Tinha o clássico também.
- DONA G. - Eu sei que eu fiz o primeiro complementar. Fiz admissão. Aí foi que passei pra estudar nesse comercial.
- EU - E os dois anos de pedagógico?
- DONA G. - Estudei dois anos de pedagógico, mas o colégio fechou. Eu não tive condições de estudar em Campina Grande, né? Quem teve estudou, né? Quem terminou o pedagógico.
- EU - Mas onde era que era aplicado esse pedagógico?
- DONA G. - Era aqui mesmo.
- EU - Quem é... Com os professores daqui mesmo?
- DONA G. - Com os professores daqui mesmo.
- EU - Isso era tipo uma capacitação pra... Que ia lhe auxiliar como professora lá do Ibiapina, não era?
- DONA G. - Era. Aí eu ainda estudei depois de dois anos o Científico. Mas eu não me dei com aquela... Um curso lá... Não saía de jeito nenhum nem eu me interessava... Não gostava não... Aí só fiz até o segundo. Depois eu fiz o completo mesmo e foi um seguro viu. Valia à pena!
- EU - Qual foi?
- DONA G. - Projeto Logos II.
- EU - Ahhh... eu já ouvi falar também.
- DONA G. - Eu fiz em Campina Grande. Tinha semana que eu ia três vezes.
- EU - Esse valeu?
- DONA G. - Foi, esse valeu! Aí depois de lá eu fiquei aí no grupo escolar Padre Ibiapina mesmo.
- EU - Aí, como era assim é... Porque nesse período era, como eu vou citar no meu trabalho, que era o período da ditadura militar. A senhora sentia alguma coisa a respeito desse golpe militar de 64, tô dizendo assim na sociedade e lá na profissão, no trabalho? Nenhum? Não tinha nenhum impacto não?
- DONA G. - Não tinha não.
- EU - Vocês tinham liberdade de fazer da sua maneira o ensino?
- DONA G. - O ensino a gente ensinava a sério né? Pelo livro mesmo, né?
- EU - Normal?
- DONA G. - Era.
- EU - Como era assim as salas de aula? Tinha as carteiras com dois alunos ou tinha com um só?

- DONA G. - Tinha as carteirinhas...
- EU - Individual?
- DONA G. - É! Individual.
- EU - Aí tinha o birô... O quadro com o giz...
- DONA G. - Era.
- EU - E como era assim, quando percebia que tinha um aluno que tava mais atrasado.
- DONA G. - Isso era que a gente se preocupava porque tinha que ter produção né, do trabalho da gente. Quando chegava o final do ano. No final do ano tinha que ter uma porcentagem acima...
- EU - Uma média a ser alcançada né? Um objetivo...
- DONA G. - É. Aí eu me preocupava muito mas, era porque naquela época também as pessoas tinham dificuldade. A Aprendizagem era lenta, né? Hoje em dia ainda tem, né?
- EU - Aí tinha uns alunos com mais dificuldade do que outros, mas de todo jeito...
- DONA G. - Mas tinha umas turminhas boas. Que valia a pena! Mas por isso eu não deixava de atender os mais fracos não. tudo era uma coisa só, né? Eu não gostaria de...
- EU - Mas se dedicava mais a eles?
- DONA G. - Não! Era a mesma coisa. O que eu fazia com uns eu fazia com os outros.
- EU - Sim levava de igual. Tinha algum aluno com alguma deficiência física ou mental naquela época?
- DONA G. - Não pelo menos eu não cheguei a atender aluno assim não.
- EU - A gestão era por conta de quem? O diretor da escola, do grupo?
- DONA G. - Quando eu comecei era ... Eu nem me lembro mais. Sei que meus diretores foram Dona Marina, foi Carminha Garcia e terminei com Julinha.
- EU - Sim! Tia Lulu é dessa sua época? De ensinar?
- DONA G. - Sei não. Parece que eles ainda não estavam por aqui não. Tava, que Zezinho era colega de João Bôsko, que estudava nesse comércio mesmo, no comercial.
- EU - Tia Lulu falou que Dona Marina era diretora da escola por isso que eu perguntei. E assim, tinha alguma ordem a ser dada aos professores quanto a conduta, a postura, o comportamento? Era passada alguma ordem por conta da direção da escola ou era normal isso?
- DONA G. - Eu acho que eu sempre obedeci às ordens e acompanhava tudo direitinho. Não precisei de uma pessoa me passar essas ordens não, sabe?
- EU - Você tinha a liberdade de fazer do seu jeito?
- DONA G. - Era, do meu jeito. É tanto que eu era a escolhida pra pôr...ordem

- EU - Quer dizer que o aluno podia se matricular...
- DONA G. - Na matrícula já vinha a intenção do menino estudar comigo. Porque eu não gazeava aula não, eu era segura (risos). Eu gostava de agir direitinho. Toda vida fui... (risos)
- EU - Quer dizer que essa profissão apesar de ser uma imposição da sua mãe, depois lhe trouxe muito prazer não foi?
- DONA G. - Foi, foi...
- EU - Se dedicou mesmo, não foi não?
- DONA G. - Foi.
- EU - E a maior dificuldade, qual foi da época. Assim, o salário, fale do salário, os contratos, tinha medo de ficar desempregada... Alguma coisa?
- DONA G. - Não quando eu entrei no estado eu não... não pensava não.
- EU - Era segura do estado. Era concursada né?
- DONA G. - É tanto que... Não é pra botar aí não. (Sugerindo que o que ela vai contar não seja inserido na gravação)
- A GRAVAÇÃO FOI INTERROMPIDA.
- DONA G. - Aí ela era de João Agripino e eu de...
- EU - De João Agripino?
- DONA G. - Sim de João Agripino. E eu Carneiro... Ai quando passava aquelas farra na frente de... quando passava aquelas farra... (risos)
- EU - Ficava dividido era?
- DONA G. - Era contra! Mas graças a Deus eu nunca encontrei... dificuldade nenhuma...
- EU - Não teve dificuldade nenhuma em sala e aula? De nada, tudo tranquilo? Então como era assim a interação com... Tinha as datas comemorativas. Sete de setembro, dia do Índio aí sempre fazia festinha nas escolas?
- DONA G. - Tinha, tinha -Fazia.
- EU - E Era permitido aos professores, tipo: pegar na mão dos alunos? Como era a questão da afetividade? Existia afeto naquele tempo ou era aquela frieza cada um no seu canto, o professor não se aproximava do aluno...
- DONA G. - Não, eu gostava de ficar andando, cada aluno assim, num sabe?
- EU - Dentro da sala de aula?
- DONA G. - Dentro da sala de aula. Eu ficava andando...
- EU - Não ficava parada não? Ficava acompanhando...
- DONA G. - Não, eu não era de ficar parada ali não. Eu corria a sala de aula...

- EU - Quando preciso, a senhora já pegou no lápis pra ensinar a pegar no lápis pra ver se saia alguma coisa assim, ou não tinha esse tipo de dificuldade.
- DONA G. - Não, eu não sei não. Se teve eu não tenho lembrança não. Eu acho que não. Não cheguei a pegar em mão e aluno nenhum pra ajudar a escrever não.
- EU - E na hora do recreio como era? Eles saiam tudo pra brincar?
- DONA G. - No recreio tinha a pessoa lá, a professora que tomava de conta.
- EU - Sim, tinha uma aí vocês iam lanchar... Nessa hora. Organizar a caderneta...
- DONA G. - Era.
- EU - Aí tinha a chamada, tinha tudo bem direitinho?
- DONA G. - A chamada era na chegada né.
- EU - Já fazia logo na entrada?
- DONA G. - Sim, logo na chegada, pra quem faltasse... Era tudo bem, né?
- EU - E os livros eram fornecidos pelo estado, era?
- DONA G. - Nessa época, no começo não. Mas depois começou a vir material pros alunos.
- EU - Quem fornecia? O estado?
- DONA G. - Era do estado, era.
- EU - Aí vinha o material didático todinho pro aluno?
- DONA G. - Caderno, lápis, até as cartilhas, né? Livro.
- EU - A senhora... Assim, as dificuldades do começo pra lidar com a profissão mesmo foi melhorando ao longo do tempo ou cada ano que surgia surgiam novas dificuldades?
- DONA G. - Não, eu fui direto.
- EU - Foi evoluindo cada vez mais né? Quer dizer foi ficando mais fácil.
- DONA G. - Cada vez mais era... Fui tomando gosto, né?
- EU - O domínio da técnica... de tudo. Tá vendo? Assim era levado em conta, uma coisa muito importante... Porque naquela época a gente como hoje tem aluno de todo tipo. Tem aluno da zona rural, tem aluno mais pobre, o mais rico. Essa diversidade existia naquele tempo? Era tudo tratado igual ou como era? Era levado em conta, assim a família do aluno? Tinha alguma diferença? Como era?
- DONA G. - Era tudo igual lá, eu não via essas coisas lá não, acho que...
- EU - Não tinha nenhum tipo de discriminação não? Nem de nada?
- DONA G. -Tinha não.
- EU - Nem de preconceito se mostrava né? Nessa época não tinha, né?
- DONA G. - Agora que tinha aluno impossível, mas como hoje...
- EU - Como era 'impossível' naquele tempo? Como era? Eles faziam o que?

- DONA G. - Às vezes eles saíam de uma carteira pra outra, né? Conversar. (risos).
- EU - Hoje é bem diferente né Dona G.? (risos)
- DONA G. - Usava uma reguinha, batia nas canelas deles (risos),
- EU - Pra disciplinar? (risos).
- DONA G. - É! (risos).
- EU - Porque era necessário mesmo. Já teve tempo pior que era o da palmatória né? E assim como era... assim como a gente tava falando de discriminação, algum tipo de preconceito, porque a gente sabe da dificuldade que foi pra a mulher conseguir chegar a sair de casa pra ter uma profissão, isso lá no começo. Aí me diga assim, as professoras como eram vistas pela sociedade? Como pessoas de bem, de caráter? Ou como aquelas que não conseguiam outra coisa e iam estudar? Como era?
- DONA G. - Não, era tudo igual. Não tinha nada...
- EU - Tinha respeito... Mas tinha o respeito?
- DONA G. - Gostava delas, (a gente) se gostava, era tudo amigos.
- EU - Deixa eu ver... Não tinha alguma coisa que era permitido e alguma coisa proibida nas salas de aula ou isso era de acordo com a disciplina que vocês tinham, o bom senso, a consciência?
- DONA G. - Não, não tinha nada disso não.
- EU - A gestão a gente já falou... Sim aí tinha a questão da avaliação... de como o aluno passava de série, né? Era avaliado por nota?
- DONA G. - Era! Pela nota!
- EU - Mas tinha aqueles alunos que mesmo que tirasse uma nota boa a senhora percebia que ele não tinha condição de avançar e ele repetia?
- DONA G. - Não. Todos passavam de acordo com o que aprendesse. E os que não conseguiam... Ficava reprovado mesmo.
- EU - Tinha alguma coisa que a senhora, se fosse hoje, naquele tempo faria alguma coisa diferente? Modificava alguma coisa? Com a consciência que a senhora tem hoje modificava alguma coisa que a senhora fez naquele tempo que hoje não faria mais?
- DONA G. - Não.
- EU - Fazia tudo de novo do mesmo jeito?
- DONA G. - Tudo de novo, do mesmo jeito. Eu gostava muito, sabe?
- EU - Da profissão?
- DONA G. - É.
- EU - Era uma sala de quantos alunos mais ou menos?

- DONA G. - Dependia da quantidade que... Porque naquele tempo tinha uma quantidade de aluno pra cada professor. Eu acho que era até 25 alunos...

- EU - Sim tinha um... Mas eu acho que a sua sala tinha mais, não?

- DONA G. - Não porque elas só matriculavam aquela quantidade né?

- EU - Aí quando atingia o seu limite sobrava pra as outras?

- DONA G. - É, e quando não tinha mais era pronto. Tinha que ir pra outra professora.

- EU - Dona G., eu acho que a senhora alfabetizou Soledade quase toda. Porque onde eu passo que digo: "olha lá vai Dona G., ela foi minha professora" todo mundo diz "ela foi minha professora também, ela foi minha professora". E todo mundo só tem muito boas lembranças daquela época, apesar da reguinha que eu nunca levei uma reguada, não sei (risos).

- DONA G. - Levou não pare (risos). Eu usava pra apontar assim no quadro.

- EU - Sim quando ia explicar... E tudo se dava bem. Eu acho que é só isso.

- DONA G. - Eu fui professora de Aderaldo Mathias...(ex prefeito) Os filhos de Zé Paulo e Severino Paulo. Teve um que eu só não fui professora da caçula, mas o resto tudinho estudou comigo.

- EU - E lá em casa também, lá na casa de tia Joaninha, o pessoal da família da gente. Todo mundo! Tinha dona Noemi também , né? Que era professora...

- DONA G. - Ela tá até doente, né? Ela sofreu uma queda...

- EU - Foi mas ela já tá em casa, tá se recuperando. Muito bem gostei demais. Olhe era só isso. Se a senhora quiser dizer mais alguma coisa, acrescentar mais alguma coisa, fique à vontade. Da época como professora do grupo escolar, benquista e requisitada pelos pais de alunos. Se a senhora quiser acrescentar alguma coisa eu posso fazer o registro.

- DONA G. - Não, só isso mesmo. Não me lembro mais de nada não.

- EU - Se a senhora lembrar de alguma coisa e eu for passando me diga, viu? E quando eu for apresentar esse trabalho, se for num dia propício pra a senhora, tiver a disponibilidade de ir,

eu lhe agradeço demais. Eu lhe faço o convite porque eu quero que a senhora participe do início da minha vida acadêmica e até o final. Vamos dizer que eu não queira terminar agora... Assim eu ainda pretendo fazer um mestrado ou doutorado. Mas a minha graduação, se a senhora quiser participar eu fico muito agradecida...

- DONA G. - Tá bem eu agradeço.